



Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

Temos acompanhado o percurso da agricultura açoriana desde antes de 25 de Abril de 1974 até ao momento actual, tendo por isso assistido a várias fases da sua evolução.

Foi longa a distância percorrida, desde o tempo em que era considerada de entre todas, a actividade mais sacrificante, até à forma como é desempenhada nos dias de hoje.

Primeiro, foi o tempo de todos os sacrifícios, em que não bastava o morejar de sol a sol, sem feriados nem fins de semana, como ainda não era permitido qualquer reivindicação ou simples desabafo perante tão difícil forma de viver.

Depois, juntamente com a melhoria de rendimentos após o 25 de Abril, surgiram muitas esperanças alimentadas durante alguns anos, mas que infelizmente se foram esfumando com a falta de capacidade dos vários governos em gerir os recursos que foram sendo colocados ao dispor desta actividade, de tal forma que o espectro da *falência*, era o que mais preocupava os agricultores açorianos, em meados da década de 90.

Era a época de todas as confusões. O tempo em que o leite entrava nas fábricas, mas o valor devido ao agricultor só era pago ao fim de 6 meses, 1 ano, ou ano e meio, conforme a ilha em que vivesse.

Foi a época em que um possível regresso ao passado, em termos *de trabalhar para aquecer*, perpassou pela mente daqueles que já tinham experimentado anteriormente algumas crises semelhantes.

As condições de trabalho, continuavam as mesmas para quase todos. Medidas estruturantes só iam surgindo para previligiados.

Além do descrédito geral, fomentava-se o desespero naqueles que continuavam a rodar lama nas canadas, ou a passar os dias de verão na estrada, a transportar água para o gado.



É assim que no início da segunda metade da década de 90 os agricultores açorianos enfileiram ao lado de todos aqueles que já desacreditavam no processo autonómico e até democrático, contribuindo com a sua acção, o seu empenho e o seu esforço, para que ao PS fosse atribuída a responsabilidade de administrar os Açores.

Não o podiam ter feito em melhor altura. Cedo se tornou notório o acerto de tal medida, como cedo foi notória a diferença de procedimentos do novo Governo, em relação aos anteriores.

Primeiro, na melhoria das infraestruturas de acesso às explorações e na modernização das próprias explorações. Depois... bem, analisemos então o que de mais importante foi realizado desde a chegada do PS ao Governo Regional, no que diz respeito à Agricultura:

Foram feitas opções de fundo em relação à orientação a imprimir à Agricultura duma forma geral, com particular incidência nas fileiras do leite e da carne, sem descurar o papel relevante da floresta e da diversificação quanto possível da produção agrícola.

Era urgente e extremamente necessário inverter o que estava acontecendo em relação ao leite, em risco que estava a sobrevivência de inúmeras famílias açorianas e a própria economia regional, que via assim perigar o seu principal suporte.

Era urgente apostar na qualidade dos produtos e moralizar o sector. É assim que surge como medida prioritária a regularização do pagamento do leite à produção, por forma a garantir uma receita mensal aos produtores agrícolas, de acordo com as entregas efectuadas.

Por outro lado, investiu-se a sério, sem hesitações, na qualidade do leite, alargando os serviços de classificação às ilhas do Pico, Faial, Graciosa e S. Jorge e reforçando-os nas ilhas Terceira e S. Miguel. Só no ano 2000 investiram-se 394 mil contos na classificação de 477 milhões de litros dos 491 milhões produzidos na Região durante esse ano.

Da mesma forma se incentivou o contraste leiteiro, visando uma selecção genética no sentido do aumento da produtividade e da melhoria da qualidade do leite, com reflexos directos na rentabilidade. Em termos de Sanidade Animal, concebeu-se e pôs-se em



execução Planos Regionais com vista à erradicação da Brucelose e da Leucose, reconhecidos pelo País e pela Comunidade como eficientes e de muita importância para a pecuária da Região. Por sua vez a Febre Aftosa foi objecto de um plano de prevenção que impediu a entrada da doença na Região Autónoma dos Açores, na sequência do surto que atingiu vários países europeus.

No intento de proporcionar melhores condições de trabalho e consequentemente melhorar a qualidade do leite, era imperioso, na óptica dum Governo da responsabilidade do Partido Socialista, tornar extensiva a todos os agricultores a construção de infraestruturas que facilitassem o seu trabalho, proporcionando assim uma economia de esforço e de tempo, bem como a utilização das tecnologias colocadas ao seu alcance.

Foi precisamente isso que o Governo fez, ao intervir simultaneamente num elevado número de Perímetros de Ordenamento Agrário, onde se construíram e melhoraram mais de 60km de caminhos agrícolas, beneficiando cerca de 1450 explorações num investimento público superior a 14 milhões de euros (2.8 milhões de contos) estando em construção mais 36 km no valor de 12 milhões de € ( 2,4 milhões de cts).

Da mesma forma se procedeu em relação à recuperação de nascentes, captação, construção de reservatórios e distribuição de água, num investimento público superior a 15 milhões de euros ( 3 milhões de contos) encontrando-se em construção 6 novos abastecimentos de água no valor de 5,287 milhões€ (1,060 milhões de cts) e electrificaram-se 28 ordenhas fixas num investimento público de cerca de 1.7 milhões de euros (330 mil contos)

A culminar toda esta série de intervenções, está o apoio à modernização da indústria de transformação, consequência natural do aproveitamento de todo o esforço colocado na melhoria da qualidade do leite ao nível da produção, proporcionando desta forma as condições necessárias à elaboração de produtos de elevada qualidade que consubstanciassem as mais valias desse percurso qualitativo.

É assim que surgem os apoios a várias unidades de transformação (Unicol, Unileite, e Queijaria do Corvo) bem como a construção de raiz de três novas unidades de



lacticínios nas ilhas do Pico, Graciosa e S. Miguel, estas últimas num investimento superior a 25 milhões de euros (5 milhões de contos) estando já analisado em subunidade de gestão o projecto da fábrica do Faial que englobará um investimento de cerca de 2.2 milhões de contos.

Importa aqui relevar o importante papel do Governo Regional ao conseguir junto da Comunidade um tratamento de excepção durante 4 campanhas de produção leiteira, impedindo o pagamento pelos agricultores da penalização de 3.2 milhões de contos na campanha de 1999/2000 e conseguindo o aumento do direito de produção em mais 73.000 toneladas relativas ao auto consumo, até ao ano 2003.

Relativamente aos incentivos à modernização das explorações agrícolas e instalação de Jovens Agricultores, aprovaram-se 3.561 projectos num investimento de 61 milhões de euros (12.3 milhões de contos), com realce para o aumento do prémio à instalação do jovem agricultor em cerca de 50%, ao passar de 15.000 euros (3.000 cts) para 22.000 euros (4.400 cts) ou 25.000 euros (5.000 cts) de acordo com o seu nível de formação académica e profissional.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

Em relação à fileira da carne, conseguiu-se um plafond de 40 mil direitos ao prémio especial de bovinos machos, bem como a transferência para a região de mais de 1.300 direitos de manutenção de vacas aleitantes, na sequência de negociações da agenda 2000.

Na mesma sequência, foi fixado um prémio ao abate de bovinos de 50€ por vitelo e de 80€ por bovino adulto, bem como um complemento do prémio de abate no montante de 25€, por cabeça, o que significa um aumento de 823 mil euros/ano nos apoios a conceder aos agricultores açorianos.

Foi também conseguido um apoio de 40€/por unidade à exportação de 20.000 vitelos machos, para outros países da Comunidade.



No que respeita à qualidade e promoção deste produto, foi notório o esforço despendido na manutenção do *estatuto de região indemne de BSE*, nomeadamente após o surgimento de um animal de origem alemã infectado, culminado com a instalação de 2 laboratórios específicos de despiste rápido desta doença, em S. Miguel e na Terceira, que permitem responder eficazmente às necessidades da Região. Ainda na sequência de medidas tendentes a ultrapassar com a maior rapidez a situação criada com o aparecimento do referido animal infectado, abateram-se durante o primeiro semestre de 2001, no âmbito do Regulamento (CE) 2777/2000, 14.772 animais com mais de 30 meses, abrangendo 3.392 produtores que receberam uma indemnização superior a 5.5 milhões ₤.

A criação do caderno de Especificações de Indicação Geográfica da Carne dos Açores, a que já aderiram 43 produtores, foi um passo significativo no sentido da promoção e valorização deste produto, assim como o sistema europeu de rotulagem da carne de bovino, constituiu um contributo importante para incutir confiança nos consumidores.

De referir a intervenção da Administração Regional ao abrigo do Regulamento (CE) 690/2001 no mercado da carne de bovino, ao adquirir 3.500 vacas de refugio num total de 800 toneladas.

O empenho que o Governo Regional tem colocado no desenvolvimento deste sector, considerado um complemento de vital importância para a economia da agricultura regional, levou-o a remodelar ou construir de raiz quase toda a rede de abate regional, tendo já investido mais de 4 milhões de contos nos matadouros de S. Miguel, Flores, S. Jorge, Graciosa e Corvo, a que se seguirão em breve as construções das ilhas Terceira, Santa Maria e Pico.

Como se verifica, nos sectores do leite e da carne, o Governo está dotando a Região de medidas estruturantes que em muito contribuirão para uma mais valia destes produtos tão importantes para a economia açoriana.



Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

À floresta é atribuído um papel de relevo na manutenção da paisagem e na preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo que se releva a sua cada vez maior importância no desenvolvimento sustentado do meio rural.

Com base nestes princípios, desde cedo foi notória a atenção dedicada à floresta, pelo Governo Regional, avançando com a inventariação das áreas e madeiras existentes, a fim de possibilitar a planificação do repovoamento e do ordenamento florestal.

Com vista ao melhoramento da produtividade da criptoméria e da diversificação da floresta, modernizou-se o sistema de produção de plantas em viveiros, tendo-se atingido neste momento o nível de produção de 4 milhões de plantas/ano.

Esta acção contribuiu para a florestação de 1.303 ha de terras agrícolas num investimento (100% a fundo perdido) de 2 milhões de euros e o pagamento de 530 mil euros de prémios à perda de rendimento, bem como para a re-florestação de 800 ha, num investimento de 1 milhão.

Ainda no âmbito das acções relacionadas com o espaço florestal, procedeu-se ao estudo e censos do coelho bravo, codorniz, galinhola e perdiz vermelha e criaram-se postos cinegéticos de criação de espécies para repovoamento, assim como reservas parciais de caça para protecção e recuperação daquelas espécies, numa área de 5.824ha.

Durante este tempo, foram realizadas 3.809 acções de fiscalização de caça, numa demonstração do interesse colocado na preservação dos recursos cinegéticos.

Em relação à piscicultura, repovoaram-se lagoas e ribeiras em S. Miguel e Flores com 205 mil trutas arco-iris.

O corpo de guardas florestais foi acrescido de mais 28 novos guardas o que representa um aumento de 64%, tendo-se para além disso investido 1 milhão em viaturas e fardamentos.



Procedeu-se à recuperação e manutenção de 23 áreas de lazer existentes e criaram-se outras duas no Pinhal da Paz e Água Retorta num investimento de 1.5 milhões □.

Foram criadas regras claras e transparentes para a utilização dos baldios, e procedeu-se à manutenção e beneficiação de 4.846 ha de pastagens baldias, utilizadas por 2.194 agricultores, bem como à construção de 186 km de vedações e de 176 tanques e bebedouros.

Em relação aos caminhos florestais e rurais, repararam-se e beneficiaram-se 4.000km, colocou-se revestimento betuminoso em 167km e construíram-se de novo 107km num investimento de 16.9 milhões □ (3,4 milhões de cts).

A diversificação da produção tem merecido destes Governos da responsabilidade do PS uma atenção muito especial, apresentando-se como exemplo o crescimento significativo da agricultura biológica, quer em número de produtores devidamente certificados, que obteve um aumento de 45%, quer em área, que passou de 12ha em 1996 para 30ha em 2001. É prestada uma ajuda á comercialização de frutas, produtos hortícolas, flores, chá, mel e pimentos, no mercado exterior e houve um aumento significativo do apoio à produção de beterraba para entrega na SINAGA.

É de realçar também a autorização conseguida para a produção e comercialização do vinho de cheiro até Dezembro de 2006, bem como os novos apoios à reconversão da vinha.

A cultura do chá também beneficiou de uma nova ajuda no valor de 800□/ha até um máximo de 100ha, procurando-se assim estimular o aumento desta produção.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:



## **GRUPO PARLAMENTAR**

Fora do âmbito destas especificações, existem um conjunto de medidas que se aplicam de forma transversal a todos aqueles que se dedicam à actividade agrícola em qualquer das suas vertentes.

Em primeiro lugar aparece a Formação e Qualificação profissional onde em mais de 300 acções se envolveram mais de 3.500 agricultores e técnicos, sendo 1000 deles jovens empresários agrícolas.

Em acções de vulgarização junto dos agricultores, tem-se transmitido informação e conhecimentos adaptados à realidade local.

Depois, dentro da compreensão das dificuldades que atingem os agricultores açorianos, têm sido criadas várias acções de apoio e ajuda directa à economia das explorações, tais como :

- a redução do IRS e IRC em 20 e 30% para agricultores e empresas com sede na Região;
- uma redução de 50% nos 3 primeiros anos a pequenos empresários agrícolas e de 2% para todos em geral, no desconto para a Segurança Social;
- uma linha de crédito de 748 milhões€ com juros bonificados e amortização em 8 anos;
- a isenção de IRS até 24.4 milhões€/ ano;
- a redução do preço do gasóleo em mais de 30\$00/litro em relação ao gasóleo rodoviário;
- um apoio a 8.500 agricultores atingidos pelas intempéries, no valor de 7,5 milhões€;
- o pagamento do transporte de adubos do Continente para a Região no valor de 2.5 milhões €/ano;
- um apoio à compra de terras por rendeiros (SICATE) que permite o investimento de 15 mil contos sem juros e de outros 15.000 cts com bonificação de 80% dos juros, reembolsável em 20 anos, para o qual já foram aprovadas 39 candidaturas, encontrando-se 16 em análise;





- o apoio para alimentação do gado (fibra) em invernos rigorosos, no valor de 400 mil€/ano;
- um apoio ao rendimento (através das indemnizações compensatórias) que abrange 4.247 agricultores, num montante de 6.484 mil€/ano (1.3 milhões de cts);
- um aumento substancial de apoio às Medidas Agro-Ambientais, de acordo com o compromisso ambiental do agricultor, que abrange 1.615 candidaturas e a verba de 5.750 mil€/ano (1.5 milhões de cts);
- o aumento da comparticipação financeira da Comunidade no apoio às Medidas Agro-Ambientais que passou de 75% para 85%, após negociações do Governo Regional com a União Europeia;
- a disponibilização através do Feoga Garantia, de um apoio público total no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDRu) de 150 milhões € (30 milhões de contos) até 2006, para reformas antecipadas, florestação de terras agrícolas, indemnizações compensatórias e medidas agro-ambientais;
- e ao nível do Poseima, conseguiu-se a permissão para um apoio até 75% no investimento em determinadas explorações agrícolas e empresas de transformação e comercialização em derrogação do Regulamento CE 1257/2000.

Foi ainda com o Governo Regional da responsabilidade do PS que o Património do IACAP's foi transferido em definitivo para as Associações e Cooperativas dos Agricultores, e que se conseguiu abrir uma Delegação do IFADAP na ilha Terceira, possibilitando assim o acesso directo dos agricultores àquela instituição.

Por outro lado, têm sido apoiadas as organizações de produtores e cooperativas do sector, através da atribuição de 100 mil cts/ano para o seu funcionamento, assistência técnica e modernização, além da transferência de funções mediante a assinatura de protocolos, com vista à canalização de candidaturas e diversos tipos de apoio no âmbito da PAC.



Para além disso, tem sido seguida uma política de aproximação aos responsáveis do sector, dando assim um novo dinamismo ao Conselho Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Em relação à Reforma Antecipada da Agricultura foram aprovadas 456 novas candidaturas, que importarão no pagamento de 6 milhões€/ano. Já foi publicada a nova portaria, e dentro em breve terá início um novo processo de candidaturas.

Importa ainda referir a existência de Envelopes Nacionais com Financiamento Comunitário, no âmbito das OCM's, a distribuir pelos agricultores de acordo com critérios a definir anualmente, de 6 milhões€ para bovinos, 2.5 milhões€ para ovinos e caprinos e de 14.5 milhões € para bovinos leiteiros (a partir de 2005).

Por sua vez, o III QCA contém, no âmbito do Prodesa, 33.4 milhões de contos de despesa pública a investir em 13 acções com vista ao desenvolvimento sustentado das zonas rurais e de incentivo à modernização e diversificação do sector agro-florestal, que somados aos 13.4 milhões cts de participação privada que potenciarão, irão proporcionar um investimento global de 46.8 milhões de cts até 2006.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo:

Há pois sobejas razões para os agricultores estarem satisfeitos no presente e confiantes no futuro.

Depois daquele *virar da esquina* e atingido o período de estabilidade que hoje se vive no seio da Agricultura, é salutar assistir ao esforço dos seus dirigentes associativos na procura de formas de gestão modernas, onde a informação actualizada e a constituição de lobbies, são factores de vital



importância para o seu desenvolvimento e modernização. Foi neste contexto que a Federação Agrícola dos Açores decidiu abrir uma Delegação em Bruxelas.

Uma vez mais, o Governo Regional esteve presente. Uma vez mais demonstrou estar atento e empenhado no apoio a acções que se espera venham a produzir frutos valiosos para os agricultores açorianos.

Não temos porém a veleidade de pensar que os agricultores, tenham sempre presente na memória o vasto rol de medidas positivas, executadas pelos Governos da responsabilidade do PS; mas consideramos muito importante que não esqueçam, quão conturbados foram os tempos para o sector, quando o PSD foi Governo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Fevereiro de 2002

O Deputado Regional do PS

Francisco Oliveira